



MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 10239 / 24
Rubrica @ Fis: 02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades

PROTOCOLO

Identificador: 028d7132-4e9d-4bb0-aba3-dafbb8ec7f00
Protocolo: Processo Requerimento Nº 010239/2024
Data: 24/04/2024 10:19:18
Origem: SAVVY SERV LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Contato: SAVVY SERV LTDA
*** contatos indisponíveis ***
Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA
Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO
Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

| Nº | Origem | Destino | Movimentação | Situação |
|----|---|----------------------------|---|----------|
| 1 | Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 24/04/2024 10:21:03 | APOIO A COMISSAO DE PREGAO | Segue protocolo para as devidas providências. | Enviada |

AO ILMO. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO (PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE)

DIGNA AUTORIDADE SUPERIOR (SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE – GABRIEL COSTA WENDERROSCHY)

Ref. Pregão Eletrônico nº 95.035/2024 - Processo Administrativo n.º 310/2024

SAVVY SERVIÇOS LTDA, empresa privada, inscrita no CNPJ sob o nº 12.966.492/0001-53, com sede na Rua do Carmo, 11, sala 1102, Centro, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20011-020, vem, neste ato, por sua titular e administradora *in fine*, respeitosamente à presença desse Ilmo. Pregoeiro e renomada Comissão de Licitação, interpor tempestivamente sua **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em face das regras nele estabelecidas que configuram irregularidade na aplicação da Lei 14.133/2021, conforme fatos e fundamentos abaixo expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE

Preliminarmente registramos a tempestividade da impugnação ao edital, eis que protocolado o presente instrumento jurídico dentro do prazo estabelecido no artigo 164 da Lei 14.133/2021 e do instrumento convocatório em destaque:

25.1 -Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

II – DO OBJETO DA LICITAÇÃO

O objeto do presente processo de contratação conforme descreve o termo de referência é: *1.1 Contratação de empresa especializada no fornecimento de ALIMENTAÇÃO TRANSPORTADA, para atender as necessidades da Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.*

III – DA OBSERVÂNCIA AS NORMAS JURÍDICAS QUE CONDUZEM O CERTAME



O presente certame é regido nos termos da Lei 14.133/2021, assim como pelas normas e princípios da Constituição Federal, devendo as regras estabelecidas no presente instrumento convocatório estarem em harmonia com a Lei e a Constituição, para que possa vincular a Fiocruz e as participantes objetivamente aos seus termos.

IV – DA MATÉRIA DO EDITAL IMPUGNADA

A requerente vem impugnar a exigência editalícia abaixo destacada:

19.1.10- As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida de fornecimento de Alimentação Hospitalar Transportada.

V – DAS RAZÕES LEGAIS INVOCADAS PARA IMPUGNAR O EDITAL

O legislador quando da modernização das normas de licitações e contratos da administração pública, ao editar a Lei 14.133/2021, procurou introduzir inovações que trouxessem a administração maior entendimento quanto aos objetivos do processo nos termos do artigo 11 em destaque:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

- I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- II - assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- III - evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;
- IV - incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

Veja que o princípio número um do certame é gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública.

Nesse sentido, as exigências que frustrem o caráter competitivo do certame ou venha restringir a participação de um número maior de licitantes devem ser afastadas, sob pena violação dos preceitos acima citados.

Observando o critério legal acima aduzido o instrumento convocatório assim evocou o tema nas disposições gerais:



26.5 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

Nesse diapasão, faz-se mister destacar que exigência de atestado de capacidade técnica de “alimentação transportada hospitalar”, o termo hospitalar restringe a licitação a um número mínimo de licitantes, eis que excluem as demais empresas de alimentação coletiva, que tenham capacidade de atender ao edital e fornecer a alimentação transportada.

Veja que o Termo de Referência, no seu item 2.1, ao descrever a alimentação transportada, não traz qualquer referência que possa justificar a restrição do processo de contratação somente para empresas que já tenham prestados seus serviços em hospitais.

Trata-se de um cardápio cujo o objeto da contratação é comum, sendo, portanto, necessário que a licitante para execução do serviço apresente dentro corpo técnico na atividade, profissional nutricionista, haja vista a exigência de conhecimento das normas técnicas nutricionais, definidas no item 3.2 do Termo de Referência à saber: *da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (Brasil, 2012), na Estratégia Global de Promoção e Alimentação Saudável e Atividade Física (OMS, lei 2004), na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006) e na RDC ANVISA nº63 de 06/07/2000.*

Veja que a Nova Lei de Licitações é clara que a exigência do atestado de capacidade técnica deve ser em características semelhantes (não idêntica), sendo vedado a exigência de prestação de serviço em local específico:

(Lei 14.133/21)

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei; (grifo nosso)

(...)

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.



Destaca-se que no caso em tela, tratando-se de licitação dirigida as empresas que prestam serviços de alimentação coletiva, com produção em cozinha industrial e transportada até o destino de consumo, **não é o caso de exigir os referidos atestados de capacidade sejam restritos a atendimentos a rede hospitalar**, sendo cediço, que a norma estabelecida no artigo 67, da Lei 14.133/21, determina que deve ser exigido que a empresa participante do certame comprove que possui capacidade técnica profissional e operacional, mediante atestados que comprovem o atendimento da alimentação transportada em característica semelhantes ao objeto licitado e não em características idênticas (previsão do item 19.1.10 do Edital).

No mesmo sentido, veja que o §2º **proíbe a restrição da prova técnica, sendo vedado a exigência de local específico para comprovação da capacidade técnica**, isto posto, a exigência de que o atestado seja fornecido por hospital, delimita local específico da prestação de serviço, sendo tal conduta contrária a lei e, portanto, nula de pleno direito.

Tem-se, pois, que os critérios adotados pela Administração não são razoáveis para o objetivo da habilitação em questão, porquanto as exigências de qualificação técnica previstas no artigo 67 da Lei nº 14.133/2021 são somente aquelas **indispensáveis**, necessárias ao fiel cumprimento do contrato.

Exceder a isso constitui afronta à isonomia, à legalidade e à ampla concorrência, que devem ser observadas em todos os procedimentos de licitação.

Neste norte, convém ressaltar a lição de Marçal Justen Filho¹, para quem é inválido o ato convocatório quando a discriminação nele contida for incompatível com os fins e valores consagrados no ordenamento:

"Será inválida a discriminação contida no ato convocatório se não se ajustar ao princípio da isonomia. Será esse o caso quando a discriminação for incompatível com os fins e valores consagrados no ordenamento, p.ex. O ato convocatório apenas pode conter discriminação que se rege à proposta vantajosa.. Assim, o ato convocatório violou o princípio da isonomia quando: a) estabelece discriminação desvinculada do objeto da licitação; b) prevê exigência desnecessária e que não envolve vantagem para a Administração; c) impôs requisitos desproporcionais com necessidades de futura contratação e; d) adotou discriminação ofensiva de valores constitucionais ou legais".

Nesse sentido, deixar ao desamparo o licitante que aduz e comprova ter capacidade técnica apenas e tão somente por rigor e formalismo, implica nítida afronta à ampla concorrência que se visa fomentar no certame, cenário já respaldado em nossas Cortes:

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 9. ed. São Paulo: Dialética, 2002, p. 60 e 61.



MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA, REGIDA PELO EDITAL N. 406/2022, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA E.E.B. JOÃO FRASETTO, LOCALIZADA EM CRICIÚMA/SC. INABILITAÇÃO DA IMPETRANTE QUANTO AO QUESITO "QUALIFICAÇÃO TÉCNICA". COMISSÃO LICITANTE QUE CONSIDEROU "REFORMA E AMPLIAÇÃO" DISTINTOS DE "EXECUÇÃO" DA OBRA. DESCLASSIFICAÇÃO PAUTADA TÃO SOMENTE POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL EM "REFORMA E AMPLIAÇÃO" PREDIAL, EM QUE PESE A EMPRESA LICITANTE TENHA SINALIZADO POSSUIR CAPACIDADE TÉCNICA PARA "EXECUÇÃO" DE CONSTRUÇÕES EM GERAL. AUSÊNCIA DE PLAUSIBILIDADE NA DISTINÇÃO DOS REQUISITOS TÉCNICOS. EXCESSO DE FORMALISMO QUE PODE SER FLEXIBILIZADO NO PODER JUDICIÁRIO A FIM DE EXTIRPAR CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS EDITALÍCIAS EM DESACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, SOB PENA DE AFETAR A ISONOMIA ENTRE OS PARTICIPANTES E A ESCOLHA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO. SUSPENSÃO DO ATO QUE INABILITOU A IMPETRANTE. VIABILIDADE DO SEU PROSSEGUIMENTO NA LICITAÇÃO, DESDE QUE ESTA PREENCHA OS DEMAIS REQUISITOS PARA O INTENTO. ORDEM CONCEDIDA. (TJSC, Mandado de Segurança Cível n. 5057520-18.2022.8.24.0000, rel. Des. Sandro Jose Neis, Terceira Câmara de Direito Público, j. 18-04-2023).

APELAÇÃO. MANDADO DE SEGURANÇA. HABILITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO N. 26/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, PARA PREPARAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE REFEIÇÕES AOS ALUNOS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL. OBJETIVADA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO QUE SAGROU VENCEDORA A EMPRESA CONCORRENTE FLAMASERV-SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI. VEREDICTO DENEGANDO A SEGURANÇA POSTULADA. INSURGÊNCIA DE SEPAT-MULTI SERVICE LTDA. ASSERTÃO DE QUE A LICITANTE VITORIOSA NÃO COMPROVOU OS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PREVISTOS NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. TESE INSUBSISTENTE. APRESENTAÇÃO DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE SUPREM AS EXIGÊNCIAS DO CERTAME, VISTO QUE DEMONSTRAM A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES COM CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES E COMPLEXIDADE EQUIVALENTE ÀS LICITADAS. INABILITAÇÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA QUE, NO CASO, CONFIGURARIA EXCESSO DE FORMALISMO. PREVALÊNCIA DA AMPLA COMPETITIVIDADE E DA SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRECEDENTES. "O Superior Tribunal de Justiça tem entendimento jurisprudencial sobre a necessidade de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique a violação substancial aos demais princípios informadores deste procedimento" (Min. Castro Meira)" (TJSC, Apelação n. 5016016-62.2020.8.24.0045, rel. Des. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. em 26/04/2022). SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5014111-49.2020.8.24.0036, rel. Des. Luiz Fernando Boller, Primeira Câmara de Direito Público, j. 06-12-2022)

TEM-SE AINDA QUE A PREFEITURA DE NOVA FRIBURGO, COM BASE EM IMPUGNAÇÕES ANTERIORES, ACOLHEU O PLEITO DE LICITANTE PARA FAZER/EXIGIR TAIS EXIGÊNCIAS DESCABIDAS, ONDE, A ALEGAÇÃO DA IMPUGNANTE (COOCK REFEIÇÕES) SE BASEAVA EM "AFASTAR EMPRESAS AVENTUREIRAS".

Veja nobre pregoeiro, tal pedido por parte da impugnante COOCK bem como o acolhimento por parte da Administração de Nova Friburgo, demonstram um enorme desconhecimento a respeito das normas e jurisprudências



dos tribunais pátrios. O excesso de rigorismo ao exigir tamanha especialidade em detrimento a LETRA FRIA da Lei, é fazer NULO o ato, pois eivado de vícios, não há de ser considerado.

que a jurisprudência é pacífica em afirmar que não deve haver excesso de formalismo ou rigor, que o importante é promover a disputa para o alcance da proposta mais vantajosa aos cofres públicos, sendo cediço que basta as empresas comprovarem a execução de serviços de natureza semelhante, que as qualifiquem a prestar os serviços licitados.

A manutenção da exigência fere o artigo 11 da Lei nº 14.133/2021 por afastar a *justa competição e o alcance do resultado de uma contratação mais vantajosa* aos cofres da Administração Pública, assim como extrapola os limites definidos no artigo 67 e incisos da norma licitatória vigente, pois a exigência de atestados de alimentação transportada específica de rede hospitalar ultrapassa os limites definidos na Lei de Licitações.

Faz-se mister destacar que nossos Tribunais já afastaram exigências editalícias que frustrem o caráter competitivo, por derradeiro, não há como exigir que o atestado capacidade de fornecimento de alimentação transportada específica e restrita ao atendimento de hospitais, tal exigência não tem amparo na lei e, portanto, deve ser adequada a exigência de “fornecimento de alimentação transportada”, como forma de garantia de uma licitação justa e competitiva, sendo certo, que o parágrafo único do artigo 11 da Lei 14.133/2021, adverte a Alta Administração do órgão a responsabilidade de tomar medidas que assegurem os objetivos estabelecidos no caput deste artigo, visando promover um ambiente íntegro e confiável, assegurar o alinhamento das contratações ao planejamento estratégico e às leis orçamentárias e promover eficiência, efetividade e eficácia em suas contratações.

Não há como alcançar os objetivos previstos no artigo 11 da Lei 14.133/2021, quando encontramos no edital exigência desnecessária e restritiva do caráter competitivo, limitando a licitação as empresas de alimentação que já executam serviços a rede hospitalar.

Tal exigência inibe o caráter competitivo, restringe o número de participantes, deixando de promover a disputa para alcançar a proposta mais vantajosa aos cofres públicos, sendo que não possuem amparo na Legal (extravasam ao que determina a Lei – atestados de características semelhantes), frustram a eficiência, efetividade e eficácia da contratação almejada, assim como, não dignificam o ambiente íntegro e confiável que deve haver dentro do processo, estando violados os princípios da legalidade, segurança jurídica e dos limites do poder regulamentar, tratando-se aqui de cláusula pétrea que deve ser observada, conforme norma constitucional em destaque:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)



XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

A impugnação ao item editalício aqui combatido se faz necessário, eis que fere ao princípio da legalidade, sendo que estamos falando de uma cláusula pétrea que deve ser observada pela Administração Pública.

Ademais destaca-se que os atestados de capacidade técnica em alimentação transportada, limitados a atendimento hospitalar, não são indispensáveis e extrapolam os limites fixados na lei que admite atestados semelhantes e veda a exigência de atestados em locais específicos.

A manutenção do termo restritivo e com indicação de local específico, “alimentação hospitalar transportada”, no item 19.1.10, fere a Constituição Federal no inciso XXI do artigo 37, assim como, o inciso II e o parágrafo 2º do artigo 67 da Lei 14.133/2021.

O que se pede e espera é que a licitação transcorra com a lisura necessária, respeitada a legalidade estrita, assim como, a segurança jurídica, eficácia e eficiência dos atos administrativos, com a condução dos atos administrativos direcionados ao alcance dos objetivos do artigo 11 da Lei 14.133/2021, que tem como norma incisiva a busca da contratação mais vantajosa para a Administração Pública.

DO PEDIDO

Pelo exposto, diante dos fatos e fundamentos acima aduzidos, requer como medida que se impõe, a adequação do edital com a: (i) adequação da redação do item 19.1.10, modificando a redação atual que determina que: -- As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida de fornecimento de Alimentação Hospitalar Transportada, excluindo da redação o termo “hospitalar”, exigindo assim o cumprimento da qualificação técnica: 19.1.10 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida de fornecimento de Alimentação Transportada.

Adequação do texto acima exposto, se faz necessário como forma de alcance dos respeito aos princípios da legalidade, segurança jurídica e da eficiência dos atos administrativos, entre outros.

Ad cautela, se mantida a exigência pelo D. Pregoeiro e respectiva Comissão de Licitação, requer, por oportuno, com fulcro no parágrafo único do artigo 11 da Lei 14.133/2021 c/c artigo 5º, LV, da Constituição Federal, assegurado o contraditório e a ampla defesa, seja o presente instrumento recebido como Recurso Administrativo, devendo ser



encaminhado a Autoridade Superior competente, com as informações de praxe, para que seja pronuncie quanto ao pedido acima, por força da legalidade e do mérito.

Nestes termos,
Pede e espera deferimento.
Rio de Janeiro, 22 de abril de 2024.

DANIELA SANTORO AMIN
RIBEIRO:08478906789

Assinado de forma digital por DANIELA SANTORO AMIN
RIBEIRO:08478906789
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC SOLUTI Multipla v5,
ou=29108091000165, ou=Videoconferencia, ou=Certificado PF A1,
cn=DANIELA SANTORO AMIN RIBEIRO:08478906789
Dados: 2024.04.23 09:11:52 -03'00'

Savvy Serviços Ltda
Daniela Santoro Amin Ribeiro
Titular Administradora



Impugnação edital 90.035/2024

1 mensagem

Mario Ribeiro <comercial@gruposavvy.com>

23 de abril de 2024 às 09:19

Para: "pregaoeletronico.friburgo@gmail.com" <pregaoeletronico.friburgo@gmail.com>

Bom dia!

SAVVY SERVIÇOS, CNPJ 12.966.492/0001-53, vem nos termos do item 25.1 do edital, vem impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021 em especial as exigências colocadas no edital a respeito de habilitação técnica de forma a favorecer particular, no tocante a conteúdo de atestado de capacidade técnica.

Pedimos que a presente impugnação seja recebida por tempestiva e, acolhida na íntegra para que o edital em comento seja retornado ao seu estágio inicial e não a um modelo de edital que satisfaz a interesse particular.

Respeitosamente,



MÁRIO CEZAR RIBEIRO
Comercial
☎ +55 21 3030-0194 Ramal 1004
@gruposavvy
www.gruposavvy.com



**ENERGIA
PARA
REALIZAR**






CERTIFICADO DE CONFORMIDADE - ISO 9001:2015



NARAST
North American Registrar for
Accreditation of Systems and Training
MSCBN - 087

3 anexos

-  **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL NOVA FRIBURGO EXIGENCIA HOSPITALAR.pdf**
490K
-  **15A ALTERAÇÃO SAVVY MATRRIZ 2024.pdf**
7372K
-  **CNPJ.pdf**
87K